

Fleury pede revisão do projeto para a rolagem da dívida dos estados

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A minuta do projeto de lei da rolagem da dívida dos estados e municípios passará por uma nova revisão a pedido, principalmente, do governo do estado de São Paulo que entre segunda-feira e terça-feira desta semana fez novas sugestões ao texto que já estava fechado desde dezembro.

O próprio governador Luiz Antonio Fleury Filho telefonou ao ministro do Planejamento e interino da Fazenda, Paulo Haddad, manifestando sua avaliação de que o projeto não estava ainda maduro.

O encontro com os secretários da Fazenda dos estados ocorrido ontem, tinha sido programado em princípio para marcar a cerimônia de assinatura dos termos da minuta, mas acabou transformando-se em uma reunião técnica onde se colocou em discussão os pontos sugeridos por São Paulo e que acabaram tendo o apoio dos demais estados. Três ministros de estado — do Meio Ambiente, da Agricultura e das Comunicações — e cinco governadores — do Amazonas, do Pará, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e do Amapá — chegaram a atender ao convite para assistirem a cerimônia e foram inultamente ao Ministério da Fazenda na hora prevista.

REVISÃO

São três os pontos levantados na última hora pelos representantes dos governos estaduais:

- Revisão na data de 31 de dezembro de 1992 que havia sido acertada em comum acordo no final do ano passado e que serviria de referência para a rolagem da dívida. Os compromissos vencidos até aquela data entrariam na rolagem, que prevê refinanciamento por 20 anos, mas os estados estão pleiteando que aquela data seja estendida para 28 de fevereiro ou 1º de março, o que ajudaria a aliviar o fluxo de seus pagamentos nesse início de ano.

A minuta propõe que a dívida rodada seja amortizada mensalmente, em parcelas pela tabela price, sem prazo de amortização e isso deve prevalecer.

Os estados concordam em deixar fora do esquema da rolagem a dívida mobiliária, calculada em torno de US\$ 10,7 bilhões, mas querem que o novo projeto incorpore o serviço daquela dívida para efeito de cálculo da capacidade de pagamento. Este limite é fixado em percentuais pelo Senado Federal (a resolução 36 do Senado, em vigor, fixou em 11% o limite para o primeiro ano e em 15% o limite anual para os anos seguintes).

O governo de São Paulo também reivindica a redução desses limites para os níveis de 7% no primeiro e 10% nos anos subsequentes e o governador Fleury deixou isso claro ontem no Palácio do Planalto: "Nós discordamos deste limite de 15%, este comprometimento é exagerado", disse ele, segundo relato da repórter Eugenia Lopes. Essa questão, no entanto, deve ser acertada com o Senado Federal.

EXCLUSÕES

Por questões de ordem jurídica deve ser retirado do projeto a possibilidade de rolagem da dívida ativa dos estados com a União e, além disso, discute-se também a exclusão das operações de adiantamento da receita orçamentária (ARO) do projeto.

O secretário do Tesouro Nacional, Murillo Portugal, considera prematura a discussão em torno dos limites para o comprometimento da receita líquida com pagamento do serviço da dívida: "Nos próximos trinta anos as condições financeiras do País tendem a mudar e, além disso, os estados não estão considerando os efeitos da reforma fiscal e da mudança já aprovadas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica que vai lhe render em 1993 um adicional de US\$ 2 bilhões de arrecadação", disse Portugal.